

RESOLUÇÃO CMAS Nº 001 de 2021.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de aplicação dos saldos de recursos financeiros de 2020, repassado pelo FNAS ao fundo municipal de assistência social a que pertencem para o exercício de 2021

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 3.372, de 16 de Novembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Camboriú – CMAS.

Considerando, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em especial: o inciso I do art. 13 que trata sobre a competência do Estado destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio dos Benefícios Eventuais; o inciso II do art. 13 que dispõe sobre a competência do Estado cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local; o art. 22 que entende por Benefícios Eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública;

Considerando, a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

Considerando, o Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando, a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, em especial: o inciso II do art. 15 que trata da responsabilidade do Estado de cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local; e o inciso VI do art. 137 que dispõe sobre a competência da CIB em pactuar critérios, estratégias e procedimentos de repasse de recursos estaduais para o cofinanciamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais aos municípios;

Considerando, a Lei 17.819/2019, que institui o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC, dispõe ser condição para o recebimento dos repasses a efetiva instituição e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de composição paritária entre governo e sociedade civil, Plano Municipal de Assistência Social e

Fundo Municipal de Assistência Social com orientação e controle dos respectivos CMAS;

Considerando, a situação de emergência em saúde pública no Estado de Santa Catarina, conforme os Decretos nº 515/2020 e nº 525/2020, as determinações da Secretaria de Estado da Saúde (SES), bem como o Plano de Contingência para Resposta as Emergências em Saúde Pública;

Considerando, a Lei nº1571/1996 que cria o CMAS- Conselho Municipal de Assistência social e o fundo a ele vinculado, que em seu artº 2º estabelece que é competência deste Conselho propor e acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e ampliação dos recursos;

Considerando, a Portaria nº 113 de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social, que regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos fundo a fundo e dá outras providências, em seu Art. 30, estabelece que os recursos financeiros repassados pelo FNAS aos Fundos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte à conta do Bloco de Financiamento a que pertencem.

Considerando, Portaria nº 580 - 31/12/2020, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e dá outras providências.

Considerando, a Portaria nº 605, 05/02/2021 que altera o art 12 da portaria 369/2020, que dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do SUAS no âmbito dos estados, DF e municípios devido a situação de emergência em Saúde Pública de importância nacional em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus-COVID-19;

RESOLVE:

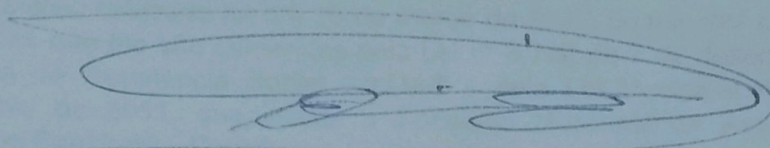
Art. 1º APROVAR o Plano de Aplicação dos Saldos de Recursos financeiros de 2020 para aplicação no ano de 2021, conforme tabela abaixo, tendo como valor global o montante de R\$ 3.116.957,64 destes R\$1.654.655,77 encontram-se empenhado em despesas e R\$ 1.462.301,87 disponível para utilização e reprogramação, valores estes divididos entre recursos do município, Estado e União:



GRUPO/BLOCO/PROGRAMA		TIPO DE CONTA	PLANO DE APLICAÇÃO DO SUPRAMENTO		AÇÃO	INTENSIDADE DE DESPESA	SUPRIMENTO (R\$)
			RECURSOS DA UNIÃO				
Bloco de Gestão do IGD/PBF			BL GBF PNAS				48.756,18
Descrição da Ação	Manutenção e contratação de serviços inerentes ao desenvolvimento de atividades de gestão do PBF e Cadunico				3.3.90		31.000,00
	Pagamento de diárias, passagens aéreas, palestras e inscrições para eventos, reuniões técnicas, formações				3.3.90		9.290,29
	Organização e mobilização de usuários do PBF e Cadastro Único para Conferência				3.3.90		1.462,00
	Contratação de empresa produção de materiais gráficos, divulgação e impressões				3.3.90		8.000,00
Bloco de Gestão do IGD/SUAS			BL GSUAS PNAS				2.820,18
Descrição da Ação	Organização Conferência Municipal de Assistência Social						2.820,18
Bloco de Proteção Social Básica			BL PSB PNAS				285.890,20
Descrição da Ação	Contratação de serviço imobiliário para criação do novo CRAS-Casa da Família com				3.3.90		144.000,00
	Manutenção das atividades e outras despesas de serviços inerentes para os projetos, programas e serviços da proteção social básica				3.3.90		125.890,20
	Contratação de empresa produção de materiais gráficos, divulgação e impressões				3.3.90		20.000,00
Bloco Proteção Social Especial			BL PSE PNAS				207.505,20
Descrição da Ação	Manutenção das atividades e outras despesas de serviços inerentes para os projetos, programas e serviços da proteção social especial de alta complexidade				3.3.90		187.505,20
	Aquisição de materiais permanentes para proteção social de alta complexidade				4.4.90		20.000,00
PROGRAMA ACESSUAS			ACESUAS TRABA				40.614,45
Descrição da Ação	Manutenção das atividades e outras despesas de serviços e/ou pessoal inerentes para o programa ACESSUAS				3.3.90		40.614,45
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ							5.209,87
Descrição da Ação	Contratação de empresa produção de materiais gráficos, divulgação e impressões				3.3.90		5.209,87
ABC NA ESCOLA							2.243,07
Descrição da Ação	Contratação de empresa produção de materiais gráficos, divulgação e impressões				3.3.90		2.243,07
Bloco Covid no SUAS							
	EPI'S				3.3.90		107.954,47
	Alimentos				3.3.90		31,90
	Acolhimentos (emergenciais, PSR...)				3.3.90		248.880,74
Emenda Parlamentar			Casa das avós				
	Aquisição de materiais permanentes				4.4.90		1.508,18
							1.508,18
	Casa da mulher				4.4.90		8.399,60
	Aquisição de materiais permanentes						8.399,60
	Lar dos Idosos				4.4.90		227,46
RECURSOS DO ESTADO							
Benefícios eventuais	FEAS Benefícios eventuais						74.281,85
	Contratação de empresa operacionalizadora de cartões de benefícios				3.3.90		74.281,85
Bloco Proteção Social Básica			FEAS CUSTEIO				3.532,84
	Pagamento de diárias, inscrições, passagens aéreas para participação em eventos, formações e reuniões técnicas				3.3.90		3.532,84
	FEAS INVESTIMENTO				4.4.90		74.389,87
	Aquisição de materiais permanentes						74.389,87
Bloco de Proteção Social Especial Média Complexidade			FEAS CUSTEIO				90.290,36
	Manutenção das atividades e outras despesas de serviços inerentes para os projetos, programas de média complexidade				3.3.90		90.290,36
	FEAS INVESTIMENTO				4.4.90		104.603,85
	Aquisição de materiais permanentes						104.603,85
Bloco de Proteção Social Especial Alta Complexidade			FEAS CUSTEIO				75.621,10
	Manutenção das atividades e outras despesas de serviços inerentes para os projetos, programas de alta complexidade				3.3.90		75.621,10
	FEAS INVESTIMENTO				4.4.90		34.499,97
	Aquisição de materiais permanentes						34.499,97
RECURSOS ORDINÁRIOS			RECURSOS DO MUNICÍPIO				
				Item de vinculação			40.002,20
				Devolução FMDCA- Construção Abrigo Institucional	4.4.90		35.000,00
				Aquisição de mobiliário Gestão SUAS	4.4.90		10.002,20

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 10 de fevereiro de 2021



Douglas Schwolk Fontan Ayres de Aguirre

Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Balneário Camboriú